

M

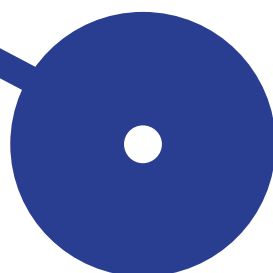
MESTRADO

Mestrado em Educação Especial: Multideficiência e Problemas de Cognição

Desafios para o Acolhimento Institucional de Crianças e Jovens com Incapacidades

Diana Esteves Fernandez

12/2020



Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

Diana Esteves Fernandez

**Desafios para o Acolhimento Institucional de Crianças e
Jovens com Incapacidades**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Educação Especial: Multideficiência e Problemas de Cognição

Orientação: Prof. Doutor Miguel Augusto Meneses da Silva Santos

Porto, dezembro de 2020

Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

Diana Esteves Fernandez

**Desafios para o Acolhimento Institucional de Crianças e
Jovens com Incapacidades**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Educação Especial: Multideficiência e Problemas de Cognição

Orientação: Prof. Doutor Miguel Augusto Meneses da Silva Santos

Porto, dezembro de 2020

Dedico esta Dissertação de Mestrado às minhas mães de coração, que sempre me apoiaram incondicionalmente e contribuíram para que eu pudesse chegar a este nível da minha vida. Dedico também à minha irmã, amigos, colegas de mestrado e restante família que sempre me deram força para continuar e não desistir.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Miguel Santos, pela orientação, ajuda, tempo e disponibilidade que foi fundamental para a realização desta dissertação.

A todos os professores do Mestrado de Educação Especial que contribuíram para a aquisição de conhecimento e enriquecimento pessoal e profissional.

À instituição que se disponibilizou de imediato a ceder-me informação para a realização do meu estudo.

À Gina Reis por toda a força e todo o tempo que disponibilizou para me ajudar e apoiar.

Às minhas amigas Catarina Amor e Marisa Reneu.

RESUMO ANALÍTICO

O presente estudo pretende conhecer os serviços prestados a crianças e jovens com deficiência ou incapacidade em situação de acolhimento institucional. Desta forma, o principal objetivo foca-se em obter informações que nos permitam entender como será possível melhorar a qualidade dos serviços prestados a crianças e jovens com deficiência e incapacidade. Participaram neste estudo 3 profissionais de uma instituição de acolhimento. A informação foi recolhida através de entrevistas e, através das suas respostas pode-se compreender melhor a realidade de uma instituição típica que acolhe crianças e jovens com deficiência ou incapacidade.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional; deficiência; desafios.

ABSTRACT

This study aims to know the services provided to children and young people with disabilities or disabilities in institutional reception situations. In this way the main objective is to obtain information that allows us to understand how it will be possible to improve the quality of services provided to children and young people with disabilities and disabilities. Three professionals from an institution participated in this study, where the information was collected through interviews and where one can better understand the reality of a typical institution that welcomes children and young people with disabilities or disabilities.

Keywords: Institutional Reception; disability; Challenges.

Índice

Introdução	9
Capítulo I – Enquadramento teórico	10
1. Os conceitos de deficiência e incapacidade	10
2. Conceito de Institucionalização	11
2.1. Evolução do conceito	11
2.2. Alternativas à institucionalização	12
3. Institucionalização de crianças e jovens com deficiência em Portugal	13
3.1. Riscos para o desenvolvimento de crianças com deficiência	13
3.2. Institucionalização de crianças e jovens: lei aplicada em Portugal	15
Capítulo 2 – Investigação Empírica.....	17
1. Objetivos	17
2. Contexto e participantes	18
3. Instrumento	19
4. Procedimentos	20
Capítulo 3 – Análise e discussão dos resultados.....	21
3.1. Experiências prévias das profissionais	22
3.2. Práticas desenvolvidas	23
3.3. Necessidades sentidas	24
3.4. Riscos para o desenvolvimento.....	25
3.5. Discussão dos resultados.....	26
Conclusão	28
Bibliografia/Referências bibliográficas	29
ANEXOS.....	31

Introdução

Este Projeto de Mestrado foi desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação Especial: Multideficiência e Problemas de Cognição. A escolha do tema desenvolvido neste estudo deveu-se interesse pessoal na questão da deficiência e também nas questões da institucionalização, tendo decidido, desta forma, juntar os dois e torná-los num só. Assim nasce o meu tema “Desafios para a Institucionalização de Crianças e Jovens com Deficiência ou Incapacidade”. A institucionalização de crianças e jovens é cada vez mais uma área de discussão e são cada vez maiores os desafios com os quais os profissionais de instituições típicas se deparam. É cada vez mais importante ter em consideração que dentro das instituições há necessidade de um trabalho diferente e que a falta de alguns serviços prejudica as crianças e jovens institucionalizadas. Numa outra perspetiva, os profissionais também sofrem neste processo porque muitas vezes não conseguem corresponder corretamente às necessidades de cada criança. Com este trabalho pretendo mostrar os desafios com que os profissionais se deparam todos os dias.

No decorrer do meu trabalho vou falar dos conceitos que vou abordar e a sua evolução ao longo dos anos. Falarei também da institucionalização de crianças e jovens e especialmente de crianças e jovens com incapacidade e deficiência, sempre indo de encontro aos objetivos estabelecidos no início da investigação.

Considero que este tema é pertinente porque vai permitir perceber quais são os desafios/dificuldades que os profissionais das instituições sentem e se deparam aquando do acolhimento de crianças com deficiência, juntamente com outras crianças típicas, com as quais estão habituados a trabalhar.

Para a recolha de dados foram feitas entrevistas semiestruturadas a três profissionais de uma instituição que acolhe na sua maioria crianças e jovens típicas, e que também acolhe por exceção crianças e jovens com deficiência ou incapacidade. É também feita a caracterização da instituição, sempre mantendo o anonimato.

Por fim é feita a discussão dos resultados e terminando com as considerações finais.

Capítulo I – Enquadramento teórico

Neste enquadramento teórico procuraremos compreender como se organiza o sistema português de acolhimento de crianças e jovens com deficiência e incapacidade que, por alguma razão, não possam continuar a sua vida no seu contexto familiar. Para isso, começaremos por definir alguns dos conceitos essenciais para este trabalho – deficiência, incapacidade e acolhimento. Posteriormente, aprofundaremos o sistema de acolhimento português, analisando a sua evolução ao longo do tempo (conjugando dados nacionais e internacionais) e, finalmente, refletiremos sobre a situação específica do acolhimento de crianças e jovens com deficiência e incapacidade.

1. Os conceitos de deficiência e incapacidade

Ao longo dos tempos, as pessoas com deficiência foram olhadas com preconceito e discriminadas, sendo essa situação causada pelas características físicas, sensoriais ou mentais que as pessoas apresentavam. No entanto, nos últimos anos, os conceitos de deficiência e de incapacidade foram alvo de várias reflexões e transformações, embora exista ainda um grande trabalho na promoção da participação destas pessoas.

A Organização Mundial de Saúde tem vindo, desde os anos 80, a desenvolver um quadro explicativo da funcionalidade das pessoas, onde inclui as dimensões referentes à deficiência e à incapacidade. Assim, segundo Martins e Araújo (2015), a CIF define deficiências como problemas nas funções ou nas estruturas do corpo, que podem assumir-se como desvios significativos ou perdas. Por outro lado, afirmam que o conceito de incapacidade inclui deficiências, limitações da atividade ou restrições na participação, representando, assim, o contrário de funcionalidade. Concluem, finalmente, que a funcionalidade e a incapacidade são interpretadas através do significado de três componentes separadas, mas relacionadas, Estruturas e Funções do Corpo; Atividade e Participação; Fatores Ambientais (Martins & Araújo, 2015).

Esta definição chama a atenção para a importância dos fatores ambientais, e da sua interação com as características da pessoa, na construção da sua funcionalidade. Assim, o

ambiente onde as crianças com deficiência vivem e se desenvolvem, é crucial para o nível de funcionalidade que elas conseguirão atingir. Nesse sentido, é importante estudar os contextos e serviços de institucionalização para crianças e jovens com deficiências.

2. Conceito de Institucionalização

A institucionalização consiste na retirada de crianças ou jovens com idades inferiores a 18 anos que se encontram em situação de perigo, que se pode manifestar de várias formas, e que estão presentes na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. A instituição de acolhimento de menores tem como objetivos prevenir, remediar e contribuir para a melhoria da vida da criança e da sua família (Moreira, 2018), protegendo o menor de abuso, negligência e exploração (Afonso, 2014).

2.1. Evolução do conceito

Quando se pensa em crianças e jovens com deficiência, em termos históricos, é inevitável pensar nos episódios históricos (séculos XVII e XVIII) onde as pessoas com deficiência passaram a ser internadas em instituições, e abandonadas em orfanatos onde permaneciam até à morte, junto de criminosos, acabando por não ter cuidados especiais. Já no século XIX, passaram a ser construídas instituições com carácter pouco educativo, que assumiam que quem precisava de proteção eram as pessoas ditas “normais” e não as pessoas com deficiência que, em consequência, eram afastadas da sociedade. Com o passar dos séculos, foi-se tomando consciência que as pessoas com deficiência precisavam de cuidados especiais e foram por isso construídas escolas para colmatar as necessidades de cada um, nomeadamente escolas para cegos, para surdos e para alunos com incapacidade intelectual (Bautista, 1997). A criança, à medida que cresce, vai construindo a sua personalidade, mediante as experiências de vida que tem. Essas experiências, vividas sobretudo no meio familiar, vão influenciar o desenvolvimento do indivíduo, a nível cognitivo, comportamental, emocional e social.

Quando se trata de crianças ou jovens com deficiência ou incapacidade, a permanência nas instituições é ainda maior, pois não são tão procuradas por famílias de acolhimento,

uma vez que não correspondem aos perfis desejados (Freitas et al., 2016). Logo “o que se sabe é que elas são colocadas nas instituições de acolhimento por tempo indeterminado, à espera de uma nova família ou do retorno à própria família renovada” (Sousa & Paravidini, 2011). Mas com o passar dos anos todas estas ideias se foram alterando e a institucionalização é sempre a última alternativa nos processos para que todas as crianças tenham as mesmas oportunidades, nomeadamente crescer num meio familiar.

2.2. Alternativas à institucionalização

Existe muitas vezes a possibilidade de as crianças serem acolhidas por familiares e, assim, manterem-se num ambiente conhecido. Durante esse processo a criança mantém-se nas famílias e as entidades responsáveis investigam de forma a perceber se essa possibilidade é viável e se esses possíveis familiares possuem as características necessárias para esse acolhimento. Se se comprovar que não há futuro nessa possibilidade, a criança acaba por ser institucionalizada por um curto prazo de tempo até a família ter condições para o seu regresso.

A institucionalização é uma medida extrema a ser tomada pelas entidades legais, como os tribunais ou CPCJ. Contudo, o acolhimento institucional é a alternativa mais escolhida, uma vez que as outras opções são escassas (Carvalho & Manita, 2010, cit. In Afonso, 2014).

Durante o tempo que a criança está na instituição e se a sua medida de Promoção e Proteção o permitir esta pode ter visitas dos familiares e também pode passar períodos de férias e fins de semana com a família.

Em alternativa à institucionalização há a possibilidade de a criança ou jovem ser acolhida por uma família de acolhimento. De acordo com Barber e Delfabbro, (2004, cit. in Delgado, 2010), para que, essa família ou pessoa singular seja, declarada idónea e acolher uma criança tem de preencher um conjunto de requisitos e passar um processo de seleção. E para desempenhar devidamente a sua função, de modo a garantir o ambiente familiar necessário para o desenvolvimento integral e para o bem-estar da criança acolhida, os acolhedores precisam de estabilidade, de apoios financeiros para suportar as despesas, de uma remuneração, de formação inicial e contínua, de um acompanhamento contínuo e

eficaz na fase inicial da estadia, no seu decurso e quando cessa a vida conjunta. No entanto esta forma de acolhimento em comparação com a adoção, não oferece o mesmo grau de estabilidade. Todavia o acolhimento familiar pode ser de longo ou curto prazo o sistema mantém, todavia, a previsibilidade de regresso a família biológica, como finalidade principal do acolhimento, mesmo que esse regresso seja quase sempre impossível.

3. Institucionalização de crianças e jovens com deficiência em Portugal

Aquando da entrada de crianças e jovens com deficiência ou incapacidade em instituições de acolhimento, esta tem de ter especial atenção ao processo de inclusão. A criança tem direito a todos os serviços que possam colmatar as suas necessidades, como apoio psicológico, ou fisioterapêutico, ou educação especial. Estes processos de acolhimento tendem a ser temporários pois tenta-se trabalhar o seio familiar para que haja uma reintegração da criança na família. Havendo um fracasso neste objetivo, a estadia da criança na instituição tende a prolongar-se (Freitas et al., 2014).

Podemos falar, assim, de funções diversas para as instituições, de acordo com a duração da institucionalização (Afonso, 2014), funções de curto prazo, de médio prazo ou de longo prazo. As primeiras referem-se a situações em que a permanência da criança com a família não é recomendável, as segundas centram-se na preparação da família e da criança para uma medida futura, como a adoção e, as terceiras, destinam-se à preparação do jovem para um futuro independente, quando o seu projeto de vida não tem outra alternativa.

3.1. Riscos para o desenvolvimento de crianças com deficiência

Para Isabel Alberto (2002, cit. in Moreira, 2018), a institucionalização pode levantar vários problemas no que diz respeito à adaptação e aos comportamentos das crianças que são institucionalizadas na sua infância ou adolescência. Existe uma quebra nos laços familiares, o que pode levar à ideia de que haja um abandono por parte da família. Há também uma quebra nas rotinas e muitas vezes deparam-se com acesso a bens essenciais

com os quais não estão familiarizados. Afonso (2014) apresenta, a partir de Trigo e Alberto (2010, cit in Afonso 2014), alguns dos aspetos negativos associados ao processo de institucionalização que decorrem da investigação existente:

- a) O desenvolvimento do sentimento de punição por parte da criança e adolescente que é institucionalizado;
- b) A presença de sintomatologia depressiva significativamente mais elevada comparativamente com a população geral;
- c) Dificuldades no desenvolvimento físico, psicomotor e intelectual, perturbações ao nível da vinculação, problemas graves de comportamento e emocionais;
- d) Desenvolvimento de atribuições internas, com processo de autculpabilização pelas situações de fracasso (causas internas e incontrolláveis), e atribuições externas dos sucessos sociais (causas externas, instáveis e específicas, como a sorte ou o acaso), sendo que este tipo de atribuições vai reforçar a sua vulnerabilidade emocional, porque os adolescentes institucionalizados vão acumulando frustrações e insucessos ao nível das relações sociais, aumentando o seu isolamento e solidão;
- e) Dificuldades no processo de individuação, devidas à regulamentação excessiva do dia-a-dia das crianças e adolescentes, que não dá espaço para a sua individualidade, verificando-se uma atenção reduzida às necessidades emocionais individuais;
- f) A dificuldade em estabelecer relações estáveis com figuras significativas, uma vez que conhecem vários cuidadores, ao longo da sua permanência na instituição;
- g) A demissão/diminuição da responsabilização familiar, quer ao nível educativo, quer ao nível afetivo, e que é claramente percebida pela criança;
- h) A estigmatização e discriminação social a que vão votadas as pessoas com vivências de institucionalização.

Ainda que as entidades superiores que ditam a institucionalização estejam de acordo que esta pode ser a melhor forma de defender o superior interesse da criança, há quem discorde. Segundo o Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social (2005, cit. in Santos, 2014), a institucionalização, seja ela de períodos longos ou curtos, tem efeitos comprovadamente negativos para os próprios e para a sociedade. Consequências que se

relacionam com a incapacidade de estas crianças ou jovens conseguirem estabelecer relações efetivas, como se pode comprovar num estudo feito, em que comparou crianças institucionalizadas e crianças em famílias de acolhimento e concluiu que as primeiras manifestam mais dificuldades nas relações, nomeadamente marcadas pela insegurança nos relacionamentos (Tarren-Sweeney, 2008, cit. in Santos, 2014).

3.2. Institucionalização de crianças e jovens: lei aplicada em Portugal

Há dois marcos importantes na história da institucionalização de crianças e jovens, em Portugal. O primeiro foi, em 1911, a criação da “Lei de Proteção à Infância” e Tribunais de Menores. O segundo, foi a publicação da Organização Tutelar de Menores de 1962, revista em 1978.

Com estes documentos, as crianças passam a ter direitos escritos na Declaração da República Portuguesa e a serem protegidas pelo Estado e pela Sociedade com vista ao seu desenvolvimento completo. Perante esta evolução, a institucionalização passou a estar presente na realidade de muitas famílias. Em 2008 estavam cerca de 12.245 crianças e jovens em situação de acolhimento institucional, ao cuidado de IPSS (Cansado, 2008).

No ano de 1999 foi aprovada a Lei nº 147/99 – Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, a 1 de setembro. No seguimento desta lei destacou-se, no ano de 2008, o Plano DOM (Desafios, Oportunidades e Mudanças). Com este plano, todas as crianças e jovens institucionalizados passam a ser detentoras de um processo de promoção e proteção com coordenação da Segurança Social e supervisão dos tribunais e comissão nacional de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens.

A 25 de outubro de 2019 foi publicado o Decreto-lei nº 164/2019, onde surge o artigo 20º, que visa o acolhimento em situações específicas:

- 1- As crianças e jovens com deficiência, doença crónica incapacitante, patologia psiquiátrica ou comportamento aditivo, devem ser acolhidas em respostas

residenciais específicas, nomeadamente das áreas da educação especial e da saúde, que lhes garantam os cuidados socioeducativos e terapêuticos necessários e adequados à respetiva situação.

- 2- O acolhimento, a que se refere o número anterior, tem lugar em situações devidamente fundamentadas e, salvo nas situações de necessidade de acolhimento permanente, designadamente por razões de saúde ou deficiência, pelo período de tempo estritamente necessário à intervenção.

Em síntese, podemos afirmar que a institucionalização é uma medida extrema de proteção, que deve ser considerada a última opção, aplicável quando as alternativas – acolhimento por familiares ou em lar de acolhimento – não são viáveis ou não estão disponíveis. Embora vise a proteção das crianças, ela acarreta vários riscos para o desenvolvimento de todas as crianças, que são particularmente severos nos casos de crianças com deficiências ou incapacidade. Nesse sentido, é fundamental conhecer um pouco melhor o funcionamento do sistema de acolhimento institucional, que é o objetivo da segunda parte deste trabalho.

Capítulo 2 – Investigação Empírica

Neste segundo capítulo iremos enquadrar a investigação que realizámos. Nesse sentido, começaremos por detalhar os objetivos que nortearam a investigação, apresentando posteriormente os métodos desenhados, incluindo o contexto onde se realizou o trabalho, os participantes envolvidos, e o instrumento de recolha de dados.

1. Objetivos

Partindo da revisão teórica realizada no primeiro capítulo deste trabalho, definimos um objetivo principal e vários objetivos específicos. Assim, o principal objetivo deste trabalho é obter informações que nos permitam entender como será possível melhorar a qualidade dos serviços prestados a crianças e jovens com deficiência e incapacidade em situação de acolhimento institucional.

Para atingir o objetivo definido, estabeleceram-se alguns objetivos específicos, nomeadamente:

- Conhecer as experiências prévias de profissionais (incluindo elementos da direção) de uma instituição de acolhimento;
- Proceder a um levantamento de dificuldades, barreiras e obstáculos que enfrentaram ou que ainda enfrentam e conhecer as experiências positivas por que os profissionais passaram, no que diz respeito ao atendimento a crianças e jovens com deficiência e incapacidade;
- Conhecer as necessidades percecionadas pelos profissionais (incluindo a direção) para um melhor acolhimento de crianças e jovens com deficiência e incapacidade, incluindo aspetos relativos a formação, recursos humanos e materiais;
- Saber quais os riscos que os profissionais entendem existir no desenvolvimento de crianças e jovens com deficiência e incapacidade em contexto de institucionalização.

Tendo em conta que os objetivos definidos se centram no levantamento de experiências e perceções, considerou-se que a metodologia mais adequada à sua exploração seria a

abordagem qualitativa, concretizada através da realização de entrevistas com profissionais com experiência na área do acolhimento institucional de crianças e jovens com deficiência e incapacidade.

2. Contexto e participantes

A instituição escolhida para este estudo é uma resposta social de um Centro Social e Paroquial. Esta Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) acolhe apenas crianças e jovens do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 3 e os 18 anos, podendo ir até aos 25 mediante cada Projeto de Vida e os Acordos de Promoção e Proteção. Neste momento, a instituição acolhe 25 crianças e jovens, incluindo três jovens que apresentam perturbações globais do desenvolvimento.

Esta resposta social pretende proporcionar um ambiente que permita o desenvolvimento integral, formação humana, intelectual, sociocultural e cristã, integração social e profissional e pretende basear a sua intervenção numa abordagem personalizada que educa e consciencializa para uma cidadania livre e responsável.

Nesta instituição, a formação humana tem como objetivo a promoção do crescimento harmonioso das várias dimensões, quer biológica, psicológica, afetiva e social. Relativamente à formação intelectual e profissional, a promoção passa pela educação e formação de capacidades, talentos e expressões artísticas variadas. A nível da formação sociocultural pretende-se promover uma adequada integração na sociedade e tomada de consciência e deveres.

Existem várias equipas que acompanham as crianças em todos os seus momentos diários na instituição, uma vez que as crianças/jovens frequentam as escolas existentes na cidade e Centros de Atividades Ocupacionais.

Os participantes foram escolhidos tendo em conta os objetivos do estudo. Desta forma, foram escolhidas três profissionais da instituição referida, representando a direção, a equipa técnica e a equipa educativa.

Uma das entrevistadas foi a diretora técnica que chefia a instituição e que aplica conhecimentos técnicos e a sua experiência profissional na gestão e coordenação, focando-se na concretização dos objetivos estabelecidos e na gestão corrente.

No que diz respeito aos processos de promoção e proteção das crianças e jovens, esse trabalho é entregue à equipa técnica, onde se encontra uma educadora social. Para além desta, a equipa integra outros profissionais, incluindo duas psicólogas e uma animadora sociocultural.

A equipa educativa tem como foco a realização de atividades socioeducativas, que preenchem os tempos livres das crianças quando terminam as suas obrigações. Ajudam também das tarefas de alimentação, cuidados de higiene e conforto da criança ou jovem e, por último, vigiam as crianças durante o tempo de repouso.

Para a realização das entrevistas foram apenas escolhidos três membros das equipas. A primeira entrevista foi a Diretora Técnica, que como referi em cima e ela que gere a casa instituição e todos os assuntos burocráticos com ela relacionados, seguiu-se um elemento da equipa técnica e esta foi uma Educadora Social, responsável pela gestão dos processos de promoção e proteção. A última entrevistada foi um elemento da equipa educativa e é esta pessoa que se foca mais no desenvolvimento das atividades para os tempos livres das crianças bem como no desenvolver das tarefas mais privadas.

3. Instrumento

Para a realização deste estudo foi desenhado um guião de entrevista semiestruturada cujas questões iam ao encontro dos objetivos específicos apresentados atrás. Assim, foi criado um guião prévio, analisado em conjunto com o orientador do trabalho, do qual resultou o guião final, utilizado nas três entrevistas realizadas. O guião incluía:

- Questões de levantamento da formação de base dos profissionais, e das respetivas experiências prévias de trabalho com crianças e jovens com deficiência e incapacidade;

- Questões dirigidas ao levantamento dos desafios específicos do acolhimento de crianças e jovens com deficiência e incapacidade, de caracterização das práticas desenvolvidas;
- Questões relativas às necessidades sentidas, em termos de formação e de recursos humanos e materiais.

4. Procedimentos

A investigação iniciou-se com um contacto direto com a diretora técnica da instituição para solicitar autorização para a realização da recolha de dados. Foram apresentados os objetivos da investigação e foi garantido que em nenhum momento seria apresentado qualquer dado que pudesse identificar a instituição ou os profissionais envolvidos.

Com a autorização da diretora técnica, foram contactadas as três profissionais selecionadas, representando as três estruturas (dirigente, técnica e educativa). Antes de iniciar a entrevista foi solicitada a assinatura de uma declaração de consentimento informado, livre e esclarecido (Anexo 1), onde constava um enquadramento e explicitação do estudo e se garantia a confidencialidade e anonimato dos dados recolhidos. Como já tinha sido sublinhado no pedido de autorização enviado à diretora técnica, não seria disponibilizada qualquer informação que pudesse levar à identificação da instituição ou dos profissionais.

As entrevistas foram realizadas nas instalações da instituição e tiveram a duração aproximada de 20 minutos cada. Posteriormente, cada entrevista foi objeto de transcrição pela autora e o material obtido foi analisado através da metodologia de análise de conteúdo (Bardin, 1977).

Capítulo 3 – Análise e discussão dos resultados

A análise de conteúdo realizada iniciou-se com o estabelecimento de categorias, ligadas aos objetivos específicos, que iriam permitir a triagem da informação recolhida nas entrevistas com as profissionais. Assim, através do conjunto da informação recolhida poderíamos entender quais os aspetos que as profissionais consideravam importantes no trabalho com crianças e jovens com deficiência e incapacidade em contexto de institucionalização.

As quatro dimensões criadas foram, então:

Categoria A: experiências prévias que as profissionais tinham no trabalho com crianças e jovens com deficiência e incapacidade em contexto de acolhimento institucional.

Categoria B: práticas mais ajustadas, e que implementavam, nos serviços prestados a crianças e jovens com deficiência e incapacidade em contexto de acolhimento institucional.

Categoria C: necessidades que as profissionais sentiam e se deparavam no seu dia a dia.

Categoria D: riscos para o desenvolvimento das crianças e jovens com deficiência e incapacidade em situação de acolhimento institucional.

Todas as profissionais escolhidas para este estudo têm como habilitações literárias uma licenciatura. A Diretora Técnica tem como formação de base Educação Social com especialidade em Ação Social Escolar. Tem 2 Pós-graduações em Gestão de Organizações Sociais, Formações em Gestão de Recursos Humanos e é Mestranda em Serviço Social.

A entrevistada da equipa técnica é Técnica Superior de Educação Social. Tem Pós-Graduação em Educação Social e outras formações específicas na área da infância e juventude e do acolhimento residencial de crianças e jovens

E a terceira entrevistada e integrante da equipa educativa é licenciada em Psicopedagogia Clínica.

Desta forma pretende-se mostrar que independentemente das suas formações de base e estando duas delas ligadas à educação social e uma terceira à psicopedagogia nenhuma dela teve qualquer contacto com a área da deficiência ou incapacidade como vamos poder observar de seguida.

3.1. Experiências prévias das profissionais

Ao questionar as profissionais sobre as suas experiências prévias com a área da deficiência ou incapacidade, verificámos que nenhuma delas tinha tido qualquer experiência até começar a trabalhar na instituição.

*Antes de trabalhar na *** não tinha qualquer experiência a trabalhar com crianças ou jovens com qualquer tipo de deficiência ou incapacidade, o que de certa forma foi um choque quando cheguei à instituição e me deparei com tantas jovens, quer com deficiências físicas, como cognitivas e outras. (Representante da Equipa Técnica)*

Não tinha experiências prévias (...) Trabalho há nove anos numa casa de acolhimento (...) sendo que algumas são portadoras de deficiência. (Representante da Equipa Educativa)

Embora fossem comuns a ausência de experiências prévias, ao longo do seu histórico nesta instituição, todas tiveram já a oportunidade de trabalhar com crianças e jovens com deficiência ou incapacidade.

No decorrer desta conversa pude ficar a saber que a diretora técnica se deparou com um grande desafio na sua carreira profissional

A experiência que mais me marcou foi ser nomeada Tutor Legal de uma jovem com um Atraso Mental (oligofrenia associada a alterações de comportamento).

É uma jovem sem retaguarda familiar e sem qualquer tipo de apoio, completamente dependente da pessoa nomeada pelo tribunal como Tutor e da instituição

Por sua vez a educadora social confessa que se sentiu chocada aquando a sua entrada na instituição pois no decorrer da sua vida profissional, esta nunca tinha trabalhado na área

(...) o que de certa forma foi um choque quando cheguei à instituição e me deparei com tantas jovens, quer com deficiências físicas como cognitivas e outras.

3.2. Práticas desenvolvidas

No que diz respeito às práticas desenvolvidas as profissionais atentam que para se trabalhar nesta área existe um leque de critérios que se devem ter em conta porque trabalhar em crianças e jovens com deficiência é um grande desafio para estes profissionais

Isto porque temos de nos adaptar e conhecer muito bem a realidade/deficiência da criança e/ou jovem. Antes de mais, este é um trabalho de equipa que exige manter rotinas diárias pois só assim é a criança ou jovem consegue criar hábitos e aprendizagens dentro das suas limitações.

(Representante da Direção Técnica)

Um dos aspetos mais importantes que estas profissionais referem, é que existem pontos que se mostram imprescindíveis como o facto de terem uma variedade de especialistas a trabalhar em parceria com a instituição e que em muitos dos casos há a necessidade de se recorrer a estes profissionais fora da instituição.

As instituições acolhem crianças com os mais variados problemas, daí que só faz sentido se a instituição tiver uma equipa o mais multidisciplinar possível, entre

os quais terapeutas da fala, professoras de NEE, língua gestual, fisioterapeuta, terapia ocupacional, técnico de desporto entre outros.

(Representante da Equipa Técnica)

Há ainda outros aspetos que a representante da equipa técnica considera fundamentais para o bom funcionamento da instituição e em especial atenção o suporte para colmatar as necessidades das crianças.

Perceber se existem condições financeiras e físicas para a criança viver.

(Representante da Equipa Técnica)

Isto porque muita instituição que está preparada para receber crianças típicas, se porventura receber uma criança que precise de ajustes físicos esta não vai ter capacidade para o acolhimento. Estes ajustes físicos referem-se a por exemplo rampas para uma criança que se desloque em cadeira de rodas.

3.3. Necessidades sentidas

Nesta categoria todas as entrevistadas concordaram que o mais importante para suprimir as suas necessidades enquanto profissionais é ter vários profissionais a trabalhar com elas e na sua maioria ter formação constante que lhes permita estar por dentro das atualizações que vão acontecendo ao longo dos tempos na área.

Torna-se importante ter uma equipa multi e interdisciplinar para que haja um bom trabalho, pois só assim será possível trabalhar as necessidades da criança no seu todo e de forma multifacetada

(Representante da Direção Técnica)

As equipas deveriam ter formações constantes. Formações essas pedagógicas (...) e outras mais específicas adequadas à população alvo.

(Representante da Equipa Educativa)

É importante também que haja um trabalho individualizado para cada criança e assim se poder trabalhar de acordo com os problemas de cada um. Desta forma há uma maior probabilidade de se tornarem casos de sucesso e de sobretudo corresponder ao que lhes é prometido na retirada do seu meio familiar.

A maior parte das instituições adquire modelos uniformes e de igual tratamento para todos os institucionalizados, mas penso que cada vez mais é necessário encontrar respostas individuais e objetivas para cada um, deixando de ser só um modelo assistencialista.

(Representante da Equipa Técnica)

Um dos aspetos que uma das profissionais consideram importante é que exista um trabalho da instituição em conjunto com as famílias. Por desta forma há sempre a possibilidade de as crianças ou jovens regressarem às suas famílias.

É necessário haver um acompanhamento próximo entre a criança e a família, saber quais os seus medos, preocupações, necessidades e capacidades para adquirir competências para o cuidar.

(Representante da Equipa Técnica)

3.4. Riscos para o desenvolvimento

Quando falado de quais os riscos para o desenvolvimento das crianças, pude observar que as entrevistas consideram que a aplicação de rotinas e uma planificação de atividades de acordo com cada criança é uma forma de se evitarem riscos no desenvolvimento

É importante manter rotinas e que as equipas sejam fixas a nível de horários para que desta forma possa ser sempre a mesma pessoa a cuidar destas crianças

e possam criar laços de confiança que se tornam essenciais para o seu desenvolvimento.

A planificação e preparação tem de ser adequado às necessidades de cada criança, fisicamente e emocionalmente.

(Representante da Equipa Educativa)

3.5. Discussão dos resultados

Este estudo teve como principal objetivo analisar quais os desafios com que os profissionais de uma casa de acolhimento se deparavam quando eram institucionalizadas crianças e jovens com deficiência ou incapacidade, uma vez que esta instituição acolhe na sua maioria crianças e jovens típicas. Desta forma iremos proceder à discussão dos resultados tendo em conta os objetivos definidos.

Refletindo sobre os vários tópicos que se foram desenvolvendo ao longo do trabalho e de uma forma geral pude perceber que quando se fala da retirada de crianças ou jovens do seu seio familiar, esta ato passa por ser um processo complicado no que diz respeito à adaptação das crianças à instituição. Contudo, a institucionalização pode de alguma forma ser o ato mais indicado quando crianças ou jovens são expostas a perigos que possam comprometer o seu crescimento e desenvolvimento.

Quando falamos em crianças e jovens com deficiência ou incapacidade, é necessário ter uma especial atenção porque estas crianças precisam de cuidadores capazes de os ajudar e de prestar todos os serviços necessários para que as suas necessidades sejam suprimidas. Muitas vezes, no seio familiar, a criança tem falta de apoios e as famílias não estão capacitadas para ajudar. Desta forma recorre-se à institucionalização, mas que também só faz sentido esta retirada se for para melhor.

Há também a hipótese do acolhimento familiar, que passa por a criança ficar ao cuidado de alguém que pode ser da sua família ou não. Esta pessoa compromete-se a cuidar da

criança por forma a garantir que a criança te acesso a todas as especialidades que possam que garantir a sua vida o mais normal possível.

Seguidamente, passaremos à discussão dos resultados obtidos através da amostra das profissionais entrevistadas numa instituição de acolhimento de crianças e jovens.

Depois de analisar os resultados, pude comprovar que de uma forma geral as profissionais nunca tinham tido contacto com a área da deficiência e que era diariamente um desafio pois tinham de se adaptar às várias situações. há práticas e condições que se consideram essenciais para trabalhar em conformidade com as necessidades apresentadas pelas crianças e estas passam cor trabalhar com uma equipa multidisciplinar e que possa dar apoio diário e continuo às crianças e jovens, quando se fala em condições tem como objetivo focar a fácil deslocação de qualquer criança, sem colocar em cauda a sua autonomia.

Existem também necessidade de que se sentem e que se referem à falta de formação e que se reflete muitas vezes em não conseguir ajudar a criança. Estas formações são muito dispendiosas o que limita muitas vezes o seu aceso.

Por último existem forma de se evitarem riscos negativos no futura e que se referem à aplicação de rotinas por forma a tornar a vida destas crianças o mais normal possível.

Conclusão

Este estudo pretendeu constituir um contributo para o conhecimento sobre os desafios com que os profissionais das instituições de acolhimento de crianças e jovens com deficiência ou incapacidade se deparam diariamente.

Considero que de uma forma geral atingi os objetivos estabelecidos e esta análise permitiu compreender de que forma são feitos os processos legais e de que forma se podem ajudar as crianças e jovens com deficiência ou incapacidade.

Relativamente aos resultados obtidos pelas três entrevistadas, podemos concluir que ainda existe muita necessidade de formação e condições para atender às necessidades destas crianças e que na maioria das instituições que acolhem crianças típicas não há possuem essas características.

Em síntese, importa referir que ainda que as instituições não apresentem condições para o acolhimento de crianças e jovens com deficiência, estas tentam sempre colmatar as necessidades dessas crianças por forma a lhes garantir uma boa qualidade de vida com a certeza de que cumprem a missão a que se propõem todos os dias.

Bibliografia/Referências bibliográficas

Afonso, S. (2014). Processos de Resiliência, Regulação Emocional e Perspetiva Temporal: Um estudo comparativo entre adolescentes institucionalizados vítimas de maus-tratos familiares.

Bautista, R. (Coord) (1997). Necessidades Educativas Especiais. Lisboa: Dinalivro.

Bardin, L. (2016). Análise de Conteúdo.

Cansado, T. (Fevereiro de 2008). Institucionalização de crianças e jovens em Portugal Continental: O caso das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Delgado, P. (2010). O acolhimento familiar em Portugal: Conceitos, práticas e desafios.

Freitas, S. N., Teixeira, C. T., & Rech, A. D. (2014). Alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional: Desafios para a gestão e inclusão escolar.

Martins, A. C., & Araujo, E. S. (2015). Deficiência não é incapacidade: o que isso significa?

Monteiro, C. (2009). Competências na Diferença- uma reflexão sobre a Empregabilidade do Trabalho com Deficiência no Distrito de Aveiro. Aveiro: Universidade de Aveiro- Instituto Superior de Contabilidade e Administração

Moreira, M. S. (Fevereiro de 2018). Mãos que protegem, corações que acolhem. O acolhimento de crianças e jovens em Portugal.

<http://ria.ua.pt/bitstream/10773/3594/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf> (acedido em 6 de maio de 2018).

Santos, P. (2014). Desenvolvimento Moral: Uma Investigação Ecológico-Cognitiva com Adolescentes Institucionalizados

Sousa, K. K. de.; PARAVIDINI, J. L. L. Vínculos entre Crianças em Situação de Acolhimento Institucional e Visitantes da Instituição. In: Psicologia Ciência e Profissão, 2011, 31 (3), 536-553.

ONU - PROGRAMA DE AÇÃO MUNDIAL PARA AS PESSOAS DEFICIENTES Resolução ONU n.º 37/52 de 03 de dezembro 1982

ANEXOS

CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM INVESTIGAÇÃO

de acordo com a Declaração de Helsínquia¹ e a Convenção de Oviedo²

Por favor, leia com atenção a seguinte informação. Se achar que algo está incorreto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações. Se concorda com a proposta que lhe foi feita, queira assinar este documento.

Título do estudo: Desafios para o Acolhimento Institucional de Crianças e Jovens com Incapacidades

Enquadramento: Este estudo pretende conhecer os serviços prestados a crianças e jovens com deficiência e incapacidade em situação de acolhimento institucional

Explicação do estudo: Numa fase inicial iremos recorrer a entrevistas a profissionais com experiência no acolhimento institucional de crianças e jovens com deficiência e incapacidade. Pretendemos perceber quais as suas experiências prévias e conhecer as necessidades percecionadas para o acolhimento, incluindo aspetos relativos a formação, recursos humanos e materiais.

Confidencialidade e anonimato: Será garantido o anonimato, a confidencialidade e uso exclusivo dos dados para o presente estudo. Para mais esclarecimentos, não hesite em contactar o investigador responsável.

Grato pela sua colaboração!

Assinatura/s:

-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela/s pessoa/s que acima assina/m. foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo/a investigador/a.

Nome:

Assinatura:

Data: / /

SE NÃO FOR O PRÓPRIO A ASSINAR POR IDADE OU INCAPACIDADE
(se o menor tiver discernimento deve também assinar em cima, se consentir)

NOME:

BI/CD Nº: DATA ou VALIDADE / /

GRAU DE PARENTESCO OU TIPO DE REPRESENTAÇÃO:

ASSINATURA

**ESTE DOCUMENTO É COMPOSTO DE 1 PÁGINA/S E FEITO EM DUPLICADO:
UMA VIA PARA O/A INVESTIGADOR/A, OUTRA PARA A PESSOA QUE CONSENTE**

¹ http://portal.arsnorte.min-saude.pt/portal/page/portal/ARSNorte/Comiss%C3%A3o%20de%20C%C3%89tica/Ficheiros/Declaracao_Helsinki_2008.pdf

² <http://dre.pt/pdf1sdip/2001/01/002A00/00140036.pdf>

Exemplo de Entrevista

- 1- Qual é a sua formação acadêmica? Que formações específicas ou adicionais tem, relevantes para o cargo que desempenha?
- 2- Pode descrever-me as suas experiências prévias de trabalho com crianças e jovens com deficiências e incapacidade?
- 3- Que desafios específicos acha que o acolhimento de crianças e jovens com deficiência e incapacidade levantam às instituições? Que tipo de trabalho de preparação e planificação é necessário?
- 4- Que atitudes, competências e conhecimentos precisam as pessoas que trabalham na instituição com crianças e jovens com situações de deficiência e incapacidade? Como é que elas a podem obter?
- 5- Que recursos considera necessários para a instituição responder adequadamente às necessidades de crianças com deficiência e incapacidade? Em que medida considera que essas necessidades são respondidas pela tutela?
- 6- Que formação específica considera ser importante para as equipas da instituição?
- 7- Que outro aspeto considera relevantes abordar no que diz respeito às respostas, em termos de institucionalização, para crianças e jovens com deficiência e incapacidade?

MESTRADO

Educação Especial: Multideficiência e
Problemas de Cognição

Desafios para o Acolhimento Institucional de
Crianças e Jovens com Incapacidades

